Delegado SIMULino

Simulado

Delegado de Polícia · PCPR 2026 · questões no estilo FGV

Código	PCPR-DL-0604-6E51
Questões	20
Tempo sugerido	60 minutos
Dificuldade	Desafio Delegado (N4 + N5)
Alternativas por questão	5

Composição

Disciplina	Questões	Numeração
Direito Penal	4	01 a 04
Direito Processual Penal	4	05 a 08
Legislação Penal e Processual Penal Extravagante	4	09 a 12
Direito Constitucional	2	13 a 14
Direito Administrativo e Gestão Pública	2	15 a 16
Legislação Estadual e Institucional	2	17 a 18
Direitos Humanos	1	19 a 19
Ciências Forenses	1	20 a 20

Instruções

- Cada questão tem 5 alternativas e apenas uma correta.
- Marque suas respostas na folha de respostas, na última página deste caderno.
- Cronometre a prova pelo tempo sugerido, sem consulta, como no dia.
- Ao terminar, confira suas respostas no gabarito comentado (arquivo separado), que explica a correta e o erro de cada alternativa.

Avisos

- Material de treino não oficial, sem vínculo com a FGV, com a PCPR ou com a Anthropic.
- Questões inéditas foram elaboradas por IA no estilo da banca e podem conter erro: confira o gabarito comentado e a lei vigente.
- Questões reais reproduzem provas aplicadas pela FGV, com banca, ano, órgão e cargo de origem no gabarito.

Direito Penal

Questão 01

Heitor, irritado após discutir com o vizinho Fausto por causa de uma vaga de garagem, riscou com uma chave toda a lateral do automóvel de Fausto, cujo conserto foi orçado em R$ 900,00. Em seguida, ao sair às pressas de ré com o próprio carro, por desatenção, colidiu com uma viatura da Polícia Militar estacionada na rua, amassando-lhe o para-choque. Perseguido a pé pelos policiais, Heitor passou em frente a uma escola estadual e, para extravasar a raiva, chutou e quebrou a porta de vidro da entrada. Antes de ser alcançado, ainda usou uma lata de tinta spray que levava na mochila para pichar o muro de uma residência particular situada na área urbana do município.

Apresentado na delegacia, Heitor foi ouvido e o delegado de polícia de plantão passou a analisar a tipificação de cada fato e as providências cabíveis.

Considerando o Código Penal e a legislação penal especial, analise as afirmativas a seguir.

I. O dano ao automóvel de Fausto, tal como narrado, configura crime em que somente se procede mediante queixa.

II. A colisão com a viatura configura dano qualificado contra o patrimônio público, na modalidade culposa, crime de ação penal pública incondicionada.

III. A quebra da porta da escola estadual configura dano qualificado, crime de ação penal pública incondicionada que não constitui infração de menor potencial ofensivo.

IV. A pichação do muro configura dano simples, porque a coisa atingida é particular, aplicando-se a ela a mesma regra de ação penal do dano ao automóvel.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Questão 02

Sobre a prescrição penal, considerando o Código Penal e a jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

( ) Depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, a prescrição regula-se pela pena aplicada, mas não pode, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou da queixa.

( ) É admissível a extinção da punibilidade pela prescrição calculada com base em pena hipotética, quando as circunstâncias do caso indicarem que a pena a ser aplicada, em eventual condenação, levaria inevitavelmente à prescrição.

( ) Enquanto não cumprido ou não rescindido o acordo de não persecução penal, a prescrição não corre.

( ) A interrupção da prescrição produz efeitos relativamente a todos os autores do crime, inclusive quando decorrente da reincidência de um deles.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) V – F – V – V.

(B) F – F – V – F.

(C) V – V – V – F.

(D) V – F – V – F.

(E) V – F – F – F.

Questão 03

Valter, advogado, recebeu em carga os autos físicos de uma ação penal em que patrocinava a defesa de Norberto. Regularmente intimado a restituí-los, deixou de fazê-lo de forma deliberada, com o objetivo de retardar o julgamento, e os autos só foram recuperados meses depois, por meio de busca e apreensão. Nesse período, Valter disse a Norberto que precisaria de R$ 30.000,00 para que o promotor de justiça do caso pedisse a absolvição, deixando claro que boa parte do valor seria entregue ao próprio promotor, e recebeu de Norberto uma primeira parcela de R$ 10.000,00. Apurou-se que o promotor jamais soube da negociação e não tinha qualquer ligação com Valter.

Na mesma época, Valter solicitou a outra cliente, Celina, a quantia de R$ 20.000,00, a pretexto de influir na decisão do servidor da Secretaria de Fazenda responsável por julgar a impugnação de um auto de infração lavrado contra a empresa dela, insinuando que parte do dinheiro também se destinaria ao servidor. Celina recusou a proposta e comunicou o fato à polícia.

Concluída a investigação, e considerando apenas os fatos narrados, o delegado de polícia deve indiciar Valter pela prática dos crimes de

(A) extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento; exploração de prestígio, com aumento de um terço; e tráfico de influência, com aumento da metade.

(B) sonegação de papel ou objeto de valor probatório; corrupção ativa, em concurso com o promotor; e tráfico de influência, com aumento da metade.

(C) sonegação de papel ou objeto de valor probatório; tráfico de influência, com aumento da

metade; e exploração de prestígio, com aumento de um terço.

(D) sonegação de papel ou objeto de valor probatório; exploração de prestígio, com aumento de um terço; e tráfico de influência, na forma simples, já que nada foi pago.

(E) sonegação de papel ou objeto de valor probatório; exploração de prestígio, com aumento de um terço; e tráfico de influência, com aumento da metade.

Questão 04

Wellington, em gozo de livramento condicional decorrente de unificação de penas de dez condenações por furto, foi demitido do seu trabalho sem receber salário e despejado com sua família. Wellington, que está dormindo em via pública com sua companheira e os dois filhos (um deles recém-nascido e com alergia alimentar e disfunções gastrointestinais graves), foi preso em flagrante, após subtrair de um supermercado, duas garrafas de água e uma lata de leite em pó especial, bens avaliados em R$ 172,35, destinados à alimentação imediata de sua prole faminta, tendo sido os bens imediatamente recuperados e devolvidos ao estabelecimento comercial. Diante da situação fática narrada e de acordo com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa jurídica e dogmática correta aplicável ao caso.

(A) Configura-se o estado de necessidade, excludente da ilicitude.

(B) Inviabiliza-se a excludente de ilicitude porque os produtos não se destinavam ao consumo pessoal e imediato do próprio autor.

(C) Afasta-se o estado de necessidade e impõe-se a condenação, pois o gozo de livramento condicional e a contumácia delitiva vedam a concessão de qualquer benefício ou excludente.

(D) Aplica-se o princípio da insignificância, operando-se a absolvição por atipicidade material, que se configura por dois requisitos cumulativos: pequeno valor dos alimentos subtraídos e furto famélico.

(E) Resta caracterizada a exclusão da culpabilidade por inexigibilidade de conduta diversa, tendo em vista que a situação de desemprego e o despejo elidem o juízo de reprovação.

Direito Processual Penal

Questão 05

Máximo, agente policial, após operação deflagrada para a repressão do tráfico ilícito de entorpecentes, foi investigado e posteriormente denunciado pelo Ministério Público, em razão da prática do crime de homicídio. Depois da regular instrução criminal, o Ministério Público, em alegações finais, requereu que o réu fosse pronunciado, com base nas provas então existentes, não tendo requerido a vinda aos autos do exame de confronto balístico. A defesa técnica de Máximo, por sua vez, limitou-se a requerer que o réu fosse impronunciado, alegando a fragilidade da prova e a ocorrência de legítima defesa. Sobre o caso apresentado, com base no Código de Processo Penal, assinale a afirmativa correta.

(A) O Juiz poderá requisitar a vinda aos autos do exame de confronto balístico, se com isso concordar a defesa técnica de Máximo.

(B) O Juiz não poderá requisitar a vinda aos autos do exame de confronto balístico, pois isso importaria em violação ao seu dever de imparcialidade.

(C) O Juiz poderá, de ofício, determinar a vinda aos autos do exame de confronto balístico, visando dirimir dúvida sobre ponto relevante.

(D) O Juiz não poderá requisitar a vinda aos autos do exame de confronto balístico, diante da preclusão que se operou em relação ao direito à prova do Ministério Público

(E) O Juiz poderá requisitar a vinda aos autos do exame de confronto balístico, se com isso concordarem a defesa técnica de Máximo e o Ministério Público, sob pena de nulidade.

Questão 06

Matheus, primário e portador de bons antecedentes, foi capturado, em flagrante, pela prática do crime de furto qualificado, sendo encaminhado, após a observância das formalidades legais, à audiência de custódia. Ouvidos o Ministério Público e a Defensoria Pública, o Juízo concedeu liberdade provisória a Matheus, estipulando fiança no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), objeto de pagamento. Contudo, no curso da relação processual, o réu, regularmente intimado para ato do processo, deixou de comparecer, sem motivo justo. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa. ( ) Como Matheus, regularmente intimado para ato do processo, deixou de comparecer, sem motivo justo, a fiança será julgada quebrada. ( ) Diante do quebramento injustificado da fiança, haverá a perda da totalidade do seu valor, cabendo ao Juiz decidir sobre a imposição de outras medidas cautelares ou, se for o caso, a decretação da prisão preventiva. ( ) Com a perda da fiança, o seu valor, deduzidas as custas e mais encargos a que o acusado estiver obrigado, será destinado à vítima da infração penal praticada. As afirmativas são, respectivamente,

(A) V – F – V.

(B) F – V – F.

(C) F – F – V.

(D) F – F – F.

(E) V – F – F.

Questão 07

Lucas foi preso em flagrante na cidade de Parnamirim após intensa perseguição policial. De acordo com o que consta do procedimento, Lucas praticou um crime de extorsão qualificada (pena: reclusão, de 6 a 12 anos, e multa) em Natal e, depois, utilizando - se dos mesmos instrumentos do crime, enquanto fugia dos agentes da lei em perseguição, realizou mais dois crimes de furto simples (pena: reclusão, de 1 a 4 anos, e multa) e um de dano qualificado (pena: detenção, de 6 meses a 3 anos, e m ulta) em Parnamirim, onde veio a ser preso. Considerando apenas a situação narrada, será competente para julgamento o juízo criminal de:

(A) Natal em relação a todos os crimes, em razão da conexão e pelo fato de a pena da extorsão ser mais alta;

(B) Parna mirim em relação a todos os delitos, pois, diante da conexão, prevalece o local da prisão em flagrante;

(C) Natal em relação ao crime de roubo e Parnamirim em relação aos demais delitos, pois não há conexão na situação narrada;

(D) Parnamirim em relação a todos os delitos, pois, diante da conexão, prevalece o local da prática do maior número de infrações penais;

(E) Natal em relação ao crime de roubo e Parnamirim em relação aos demais delitos, pois, apesar da conexão, deve ocorrer separação pela diferença t erritorial dos fatos.

Questão 08

Cláudio, gerente de uma loja de material de construção, recebia diariamente, em razão do emprego, os valores das vendas em dinheiro, para depositá-los na conta da empresa. Em cinco ocasiões, ao longo de dois meses, nas mesmas condições de tempo, lugar e modo de execução, apropriou-se de parte desses valores, causando prejuízo total de R$ 18.000,00. Instaurado inquérito policial, Cláudio permaneceu em silêncio no interrogatório. O delegado de polícia relatou o inquérito apontando a prática de apropriação indébita majorada (art. 168, § 1º, III, do Código Penal), em continuidade delitiva.

Da folha de antecedentes consta que Cláudio é primário, mas que, três anos antes dos fatos, foi beneficiado com a suspensão condicional do processo em outra ação penal, cujo período de prova foi cumprido, com a consequente extinção da punibilidade. Recebidos os autos, a defesa peticionou ao Ministério Público pedindo a celebração de acordo de não persecução penal, e Cláudio declarou-se disposto a confessar, formal e circunstanciadamente, a prática dos fatos.

Considerando o art. 28-A do Código de Processo Penal, é correto afirmar que o acordo

(A) não é cabível, porque a pena mínima, somados o aumento de um terço e o da continuidade delitiva, alcança quatro anos, limite que afasta o acordo.

(B) não é cabível, porque Cláudio foi beneficiado com suspensão condicional do processo nos cinco anos anteriores ao fato, embora a pena mínima seja inferior a quatro anos.

(C) é cabível, porque o impedimento decorrente de benefício anterior só alcança quem foi beneficiado com acordo de não persecução penal, e não com suspensão do processo.

(D) é cabível, porque a extinção da punibilidade no processo anterior, após o período de prova, afasta qualquer efeito do benefício para fins de novo acordo.

(E) não é cabível, porque Cláudio permaneceu em silêncio no interrogatório policial, e a confissão formal e circunstanciada deve ser prestada ainda no inquérito.

Legislação Penal e Processual Penal Extravagante

Questão 09

Considerando a Lei nº 11.340/2006 e a jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça, analise as afirmativas a seguir.

I. A incidência da Lei Maria da Penha pressupõe que agressor e vítima mantenham ou tenham mantido coabitação, ainda que por curto período.

II. Ao condenado pela prática de ameaça contra a mulher no ambiente doméstico não se admite a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, ainda que seja primário e que a pena aplicada seja inferior a quatro anos.

III. As medidas protetivas de urgência serão concedidas independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência.

IV. A lei aplica-se às situações de violência doméstica e familiar nela previstas independentemente da causa ou da motivação dos atos de violência e da condição do ofensor ou da ofendida.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.
(B) II e IV, apenas.
(C) II, III e IV, apenas.
(D) III e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.

Questão 10

Anderson, condenado definitivamente, cumpria pena em regime semiaberto quando, autorizado a trabalhar fora do estabelecimento, deixou de retornar e, dez dias depois, foi preso em flagrante pela prática de furto qualificado. A ação penal pelo novo crime ainda não foi julgada. Comunicado o fato, o juízo da execução, sem que a direção do estabelecimento tivesse instaurado procedimento administrativo disciplinar, designou audiência de justificação, na qual Anderson foi ouvido na presença de seu defensor e do Ministério Público. Ao final, o juiz reconheceu a prática de falta grave e determinou a regressão de regime.

Considerando a Lei de Execução Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores, analise as afirmativas a seguir.

I. O reconhecimento da falta grave decorrente da prática do furto independe do trânsito em julgado de condenação pelo novo crime.

II. A falta grave interrompe o prazo para a obtenção da progressão de regime, e o reinício da contagem do requisito objetivo terá como base a pena remanescente.

III. A falta grave interrompe também o prazo para a obtenção do livramento condicional, cuja contagem recomeça da data da infração disciplinar.

IV. A falta grave interrompe o prazo para a concessão de indulto e de comutação de pena, independentemente do que dispuser o decreto concessivo.

V. A oitiva de Anderson em audiência de justificação, na presença do defensor e do Ministério Público, afastou a necessidade de prévio procedimento administrativo disciplinar.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.
(B) I, II e V, apenas.
(C) II, III e IV, apenas.
(D) II, IV e V, apenas.
(E) I, II, III e V, apenas.

Questão 11

Roberto, Ronaldo, Renato, Reginaldo e Robson foram indiciados em inquérito policial pela prática dos crimes de constituição de organização criminosa, de extorsão e de lavagem de dinheiro. Durante as investigações, a autoridade policial comunicou ao Ministério Público e em seguida realizou ação controlada, com retardação da intervenção policial como meio mais eficaz à formação das provas e à obtenção de informações. Contudo, o Ministério Público e a autoridade policial não comunicaram o Juízo previamente acerca da ação controlada, tendo este tomado conhecimento apenas posteriormente, quando do oferecimento da denúncia, a qual também nas provas da ação controlada se baseou. Além disso, durante as investigações, Roberto, um dos integrantes da organização, resolveu entabular acordo de colaboração com o Ministério Público, e revelou a estrutura hierárquica da organização. Ato contínuo, após saber que Roberto colaborara, Robson, líder da organização criminosa, também resolveu entabular acordo de colaboração com o Ministério Público, revelando crimes de cuja existência não tinha prévio conhecimento o Ministério Público. A ambos os colaboradores, o Ministério Público pactuou o não oferecimento de denúncia como prêmio pela colaboração. Diante desse contexto, é correto afirmar que

(A) a ação controlada é inválida, pois deveria ter sido previamente comunicada ao Juízo competente, contudo, o Juiz poderá homologar os acordos de colaboração de Roberto e Robson.

(B) a ação controlada é válida, pois comunicada ao Ministério Público, titular da Ação Penal, podendo o Juiz homologar o acordo de colaboração de Roberto, mas não o de Robson.

(C) a ação controlada é válida, pois comunicada ao Ministério Público, titular da Ação Penal, e o Juiz poderá homologar o acordo de colaboração de Robson, mas não o de Roberto.

(D) a ação controlada é válida, pois comunicada ao Ministério Público, titular da Ação Penal, contudo, o Juiz poderá homologar os acordos de colaboração de Roberto e Robson.

(E) a ação controlada é inválida, pois deveria ter sido previamente comunicada ao Juízo competente, e o Juiz não poderá homologar os acordos de colaboração de Roberto e Robson.

Questão 12

Billy, servidor público do Tribunal de Justiça local, lotado em órgão com competência de Fazenda Pública, passou a ter sua conduta apurada pela Corregedoria, diante de notícias do seu envolvimento com grupo de peritos periodicamente designados para oficiar nos processos daquele juízo. A notícia de fato relatava o recebimento de propina por parte de Billy, no valor de 10% das perícias arbitradas, lavagem de dinheiro e organização criminosa. O procedimento administrativo instaurado pela Corregedoria foi comunicado ao Ministério Público Estadual, que instaurou investigação por esforço próprio, pelos mesmos ilícitos. De maneira superveniente e desvinculada com os fatos até então apurados, Martin, um dos peritos, foi preso cautelarmente, em demanda oriunda da Justiça Federal, por envolvimento com organização criminosa distinta. A defesa técnica de Martin procura os Ministérios Públicos Federal e Estadual, para formalização de acordo de colaboração premiada, tendo, por norte, os delitos de corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa, o que é encampado e, depois das devidas tratativas, é homologado em ambas as esferas de competência. Após as necessárias investigações, o Ministério Público Estadual oferece denúncia contra Billy e outras pessoas, pelos delitos de corrupção ativa e passiva, peculato e associação criminosa. Diante desse cenário, é correto afirmar que:

(A) a ausência de organização criminosa no fato que envolve o delatado em âmbito estadual torna inviável a utilização do acordo de colaboração premiada nessa esfera;

(B) a base legal para o acordo de colaboração premiada foi introduzida no ordenamento pela Lei nº 12.850/2013, vinculando esse meio de obtenção de prova às investigações sobre organizações criminosas;

(C) é ilícita a produção probatória, ainda que por elementos indiciários produzidos no bojo de acordo de colaboração premiada que não respeita a limitação fático-probatória da Lei nº 12.850/2013;

(D) é lícita a produção probatória, pois em quaisquer condutas praticadas em concurso de agentes é possível celebrar acordo de colaboração premiada, independentemente da existência de crime da Lei nº 12.850/2013;

(E) é lícita a produção probatória, pois em quaisquer condutas praticadas em concurso de agentes é possível celebrar acordo de colaboração premiada, desde que haja indícios aparentes de crime da Lei nº 12.850/2013.

Direito Constitucional

Questão 13

Rafael, brasileiro nato, mudou-se para a Itália e lá adquiriu voluntariamente a nacionalidade italiana, sem formular qualquer pedido perante autoridade brasileira. Sua irmã, Lúcia, também brasileira nata e residente em Portugal, obteve a nacionalidade portuguesa e, em seguida, apresentou à autoridade brasileira competente pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira. Kenji, japonês naturalizado brasileiro, foi convidado para assumir o cargo de Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública. Por fim, o Ministério Público Federal ajuizou ação para cancelar a naturalização de Hassan, sob o argumento de que ele apresentou documentos falsos no processo de naturalização.

Considerando a Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 131/2023, assinale a afirmativa correta.

(A) Lúcia, declarada a perda da nacionalidade a seu pedido, não ficará impedida de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei.

(B) Lúcia perderá a nacionalidade brasileira em razão de seu pedido expresso, ainda que a perda a torne apátrida, pois a renúncia é ato de sua livre vontade.

(C) Rafael perdeu a nacionalidade brasileira ao adquirir voluntariamente a italiana, já que a lei italiana não lhe impôs a naturalização como condição de permanência.

(D) Kenji não pode assumir o cargo, porque os cargos de Ministro de Estado ligados à segurança são privativos de brasileiro nato, como o da Defesa.

(E) A perda da nacionalidade de Hassan pode ser declarada em processo administrativo do Ministério da Justiça, dispensada sentença

judicial, por se tratar de fraude.

Questão 14

O Governador do Estado Alfa pretende provocar o Supremo Tribunal Federal a respeito de três normas. A primeira é uma lei do Estado Beta que concedeu benefícios fiscais de ICMS sem prévia deliberação dos Estados e do Distrito Federal, o que vem provocando a transferência de indústrias instaladas em Alfa para o território vizinho. A segunda é uma lei do Município Gama, situado em Alfa, que, segundo o Governador, ofende diretamente dispositivos da Constituição Federal sobre a remuneração de servidores públicos. A terceira é um decreto-lei federal editado em 1975, cujo conteúdo o Governador reputa incompatível com a Constituição de 1988.

Na reunião de planejamento, a assessoria jurídica do Governador lembrou que a ação contra a lei de Beta poderia tornar-se desnecessária caso houvesse um futuro acordo político entre os dois Estados, e quis saber se, nessa hipótese, seria possível desistir da ação depois de proposta.

Considerando a Constituição Federal, a Lei nº 9.868/1999 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

(A) cabe ação direta contra a lei de Beta, sem exigência de pertinência temática, pois o Governador é legitimado universal; não cabe ação direta contra a lei municipal nem contra o decreto-lei; e não se admite desistência.

(B) cabe ação direta contra a lei de Beta, demonstrada a pertinência temática; não cabe ação direta contra a lei municipal nem contra o decreto-lei; e, proposta a ação, não se admite desistência.

(C) cabe ação direta contra a lei de Beta, demonstrada a pertinência temática, e contra a lei municipal, por ofender diretamente a Constituição Federal; não cabe contra o decreto-lei; e não se admite desistência.

(D) cabe ação direta contra a lei de Beta, demonstrada a pertinência temática, e contra o decreto-lei, por inconstitucionalidade superveniente; não cabe ação direta contra a lei municipal; e não se admite desistência.

(E) cabe ação direta contra a lei de Beta, demonstrada a pertinência temática; não cabe ação direta contra a lei municipal nem contra o decreto-lei; e a desistência é admitida se homologada pelo relator.

Direito Administrativo e Gestão Pública

Questão 15

Sobre as formas de extinção dos atos administrativos, segundo a doutrina administrativista majoritária, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

( ) A licença para construir extingue-se por cassação quando o beneficiário executa a obra em desacordo com o projeto aprovado, descumprindo as condições que lhe permitiam usufruir do ato.

( ) A permissão de uso de calçada para instalação de banca de jornal extingue-se por caducidade quando lei posterior passa a proibir esse tipo de ocupação no local.

( ) A exoneração de servidor ocupante de cargo em comissão extingue os efeitos do ato de nomeação por contraposição.

( ) A revogação de ato administrativo discricionário, por razões de conveniência e oportunidade, produz efeitos retroativos à data da edição do ato revogado.

( ) Os atos vinculados e os atos que já exauriram seus efeitos podem ser revogados, desde que a Administração indenize o particular prejudicado.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) V – F – V – F – F.

(B) V – V – F – F – F.

(C) F – V – V – F – V.

(D) V – V – V – V – F.

(E) V – V – V – F – F.

Questão 16

O Município Ômega instaurou licitação, na modalidade pregão eletrônico, para contratar curso de capacitação em gestão de riscos para seus servidores, admitida no edital a participação de pessoas físicas. O secretário de administração designou o servidor Otávio para elaborar o termo de referência, atuar como pregoeiro e, depois, fiscalizar a execução do contrato, sob o argumento de que ele era o único servidor com conhecimento técnico na área.

Entre as licitantes estava Gisele, profissional autônoma e sobrinha de Otávio. Encerrada a fase de lances, a proposta mais bem classificada foi a da empresa Saber Mais Ltda., cuja certidão de regularidade fiscal, válida na data de recebimento das propostas, expirou dias depois, antes da análise da habilitação. O pregoeiro, então, cogitou inabilitá-la sem realizar qualquer diligência.

Considerando a Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

(A) Gisele não pode disputar a licitação e a designação de Otávio viola a segregação de funções, mas a empresa deve ser inabilitada, pois, após a entrega da habilitação, é vedada a apresentação de qualquer documento novo.

(B) Gisele pode disputar a licitação, porque o impedimento por parentesco com agente do certame só alcança parentes até o segundo grau; a designação de Otávio viola a segregação de funções; e a certidão pode ser atualizada em diligência.

(C) Gisele não pode disputar a licitação, a designação de Otávio para as três funções viola a segregação de funções e a certidão expirada após o recebimento das propostas pode ser atualizada em diligência.

(D) Gisele não pode disputar a licitação, porque o pregão é restrito a pessoas jurídicas; a designação de Otávio viola a segregação de funções; e a certidão expirada pode ser atualizada em diligência.

(E) Gisele não pode disputar a licitação e a certidão pode ser atualizada em diligência, mas a designação de Otávio é válida, pois a segregação de funções cede quando só há um servidor com qualificação técnica.

Legislação Estadual e Institucional

Questão 17

A Corregedoria-Geral da Polícia Civil do Paraná analisa a possibilidade de celebrar Termo de Ajustamento de Conduta com quatro servidores investigados por transgressões disciplinares distintas, todas puníveis, em tese, com suspensão de até trinta dias. Alice, investigadora estável, nunca firmou termo dessa natureza e comprometeu-se a ressarcir o dano que causou. Breno firmou termo semelhante há dezoito meses e o cumpriu integralmente. Cícero, ainda em estágio probatório, nunca firmou termo e não causou dano. Dalva descumpriu termo celebrado há três anos, o que levou à retomada do procedimento disciplinar respectivo.

Nos termos do Código Disciplinar da Polícia Civil do Paraná (Lei Estadual nº 21.894/2024), assinale a afirmativa correta.

(A) Alice e Breno podem celebrar o termo, porque o impedimento ligado a termo anterior só alcança quem o descumpriu, e não quem o cumpriu integralmente.

(B) Alice e Dalva podem celebrar o termo, porque o descumprimento de termo anterior só impede nova celebração pelo prazo de dois anos.

(C) Alice e Cícero podem celebrar o termo, porque o estágio probatório só impede a celebração quando a transgressão tiver causado dano a ser ressarcido.

(D) Apenas Alice pode celebrar o termo, que não implicará confissão nem constará de certidão de antecedentes, e cuja celebração suspende a prescrição.

(E) Apenas Alice pode celebrar o termo, cuja celebração compete ao Conselho Superior de Polícia, após parecer favorável da Corregedoria-Geral.

Questão 18

Rogério foi preso em flagrante por estelionato e conduzido à delegacia. Para se identificar, apresentou carteira de identidade com rasura no campo da data de nascimento. Durante a lavratura do auto, os policiais encontraram com ele uma carteira nacional de habilitação com o mesmo nome, mas com filiação diferente da que constava da identidade. O delegado de polícia determinou a identificação criminal de Rogério e cogitou também colher material biológico para a obtenção de seu perfil genético, a fim de confrontá-lo com vestígios de outras fraudes investigadas na unidade. Meses depois, Rogério foi absolvido por sentença transitada em julgado.

Considerando a Lei nº 12.037/2009, analise as afirmativas a seguir.

I. Diante da rasura no documento e da apresentação de documentos com informações conflitantes entre si, a identificação criminal pôde ser determinada pela própria autoridade policial, sem necessidade de decisão judicial.

II. A coleta de material biológico para a obtenção do perfil genético poderia ser determinada pelo próprio delegado, como complemento da identificação criminal já autorizada pela rasura do documento.

III. A identificação criminal incluirá os processos datiloscópico e fotográfico, que serão juntados aos autos da comunicação da prisão em flagrante.

IV. Absolvido por sentença transitada em julgado, Rogério poderá requerer a retirada da identificação fotográfica do processo, desde que apresente provas de sua identificação civil.

V. Se o perfil genético de Rogério tivesse sido incluído em banco de dados, a exclusão só poderia ser requerida depois de vinte anos contados do trânsito em julgado da absolvição.

Está correto o que se afirma em

(A) I, III e IV, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) I, II e III, apenas.

(D) II, IV e V, apenas.

(E) I, III, IV e V, apenas.

Direitos Humanos

Questão 19

Em um seminário sobre o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos, os participantes discutiram a estrutura e as competências da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Considerando a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinale a afirmativa correta.

(A) A Corte compõe-se de sete juízes, eleitos para mandato de seis anos, admitida a reeleição por mais de uma vez enquanto mantiverem os requisitos do cargo.

(B) A sentença da Corte pode ser impugnada por recurso dirigido à Assembleia Geral da OEA, no prazo de noventa dias contado da notificação.

(C) Um Estado membro da OEA que não seja parte da Convenção pode consultar a Corte sobre a interpretação de tratados de direitos humanos nos Estados americanos.

(D) Em casos de extrema gravidade e urgência, a Corte só pode adotar medidas provisórias em assuntos que já estejam submetidos ao seu conhecimento.

(E) A parte da sentença que determina indenização compensatória é executada pela própria Corte, que dispõe de mecanismo próprio de execução forçada.

Ciências Forenses

Questão 20

Na necropsia de uma vítima de agressão, o perito descreveu três lesões. A primeira, na face anterior do antebraço esquerdo, era uma ferida linear, de bordas regulares e nítidas, sem pontes de tecido no fundo, mais extensa do que profunda, com fina cauda de escoriação na sua extremidade proximal. A segunda, no couro cabeludo, apresentava bordas irregulares e escoriadas, com traves de tecido íntegro unindo as paredes no fundo da lesão. A terceira, no hemitórax esquerdo, era uma ferida estreita e profunda, com um dos ângulos agudo e o outro arredondado.

Com base nesses achados, assinale a afirmativa correta.

(A) A primeira foi produzida por instrumento cortante que iniciou o movimento na extremidade proximal; a segunda, por contundente; a terceira, por perfurocortante de um só gume.

(B) A primeira foi produzida por instrumento cortante que encerrou o movimento na extremidade proximal; a segunda, por cortocontundente; a terceira, por perfurocortante de um só gume.

(C) A primeira foi produzida por instrumento cortante que encerrou o movimento na extremidade proximal; a segunda, por contundente; a terceira, por perfurocortante de dois gumes.

(D) A primeira foi produzida por instrumento cortante que encerrou o movimento na extremidade proximal; a segunda, por contundente; a terceira, por perfurocortante de um só gume.

(E) A primeira foi produzida por instrumento cortante que encerrou o movimento na extremidade proximal; a segunda, por contundente; a terceira, por instrumento perfurocontundente.

Folha de respostas

Código PCPR-DL-0604-6E51 · preencha a bolinha da alternativa escolhida

	A	B	C	D	E
01	○	○	○	○	○
02	○	○	○	○	○
03	○	○	○	○	○
04	○	○	○	○	○
05	○	○	○	○	○
06	○	○	○	○	○
07	○	○	○	○	○
08	○	○	○	○	○
09	○	○	○	○	○
10	○	○	○	○	○
11	○	○	○	○	○
12	○	○	○	○	○
13	○	○	○	○	○
14	○	○	○	○	○
15	○	○	○	○	○
16	○	○	○	○	○
17	○	○	○	○	○
18	○	○	○	○	○
19	○	○	○	○	○
20	○	○	○	○	○

Confira suas marcações com a grade do gabarito comentado. Cada questão vale 1 ponto, como na prova da PCPR.